O Risco do Arquitecto

Interesse Público e Autonomia da Profissão

"O Risco do Arquitecto" é um título propositadamente ambíguo, com dois sentidos: de um lado, revelar e dar a conhecer o enquadramento profissional do arquitecto, o modo como ***"risca"***, o desígnio e os propósitos; e do outro, salientar para o ***"risco"*** que corre aquele desígnio, enquanto destino e propósito de futuro. A partir da génese da profissão e das organizações profissionais, o autor discorre sobre a formação em arquitectura e o exercício profissional.

Como última profissão humanista e operativa, a Arquitectura sofreu no passado próximo uma modificação profunda, social e científica: actualmente, é exercida por mais de 15 000 arquitectos inscritos na Ordem dos Arquitectos (1 arquitecto para cada 660 habitantes). A política profissional tem defendido a manutenção do território de actuação em vez de promover a sua ampliação. A uma preocupação legítima da falta de exclusividade na responsabilidade, quanto ao projecto de arquitectura, não se tem associado a preocupação de alargar o território de actividade, de criar a **diversidade que contribui para a garantia da autonomia profissional**.

Querendo a todo o custo manter uma formação abrangente (desde o edifício enquanto unidade mais elementar de projecto, até ao ordenamento do território), gera-se o paradoxo: enquanto aumenta exponencialmente o número de profissionais, não se expande o território de actuação. Para que tal tendência se inverta, é necessário **redefinir o conjunto de todos os *arquitectos***. O aumento exponencial do número de profissionais não teve, assim, correspondência no alargamento das competências profissionais, antes pelo contrário: se a consagração da responsabilidade exclusiva no projecto de arquitectura era incontroversa, noutros sectores da construção de edifícios (como da tecnologia de materiais ou do cálculo dos desempenhos físicos da construção - térmica, acústica e segurança), dispensa-se a intervenção dos arquitectos, com a conivência destes. Assim, ainda hoje a lei não permite que possam ser responsáveis pela classe superior de alvarás da construção de edifícios, como se a respectiva preparação universitária o não permitisse. A formação continua a não corresponder à responsabilidade prática.

Até quando a sociedade conseguirá absorver a *"legião"* de futuros profissionais, é a pergunta que os mil licenciados/ano fazem. A formação académica permite e contribui para que a promoção da procura social da arquitectura possa passar a ser feita a partir de **actividades que alarguem o campo de intervenção para lá do projecto dos edifícios**, que tradicionalmente foi o ***"acto próprio"*** do arquitecto. No mercado da construção, do planeamento urbanístico, do ordenamento do território e do ambiente, em Portugal e na Europa, é indispensável diversificar e alargar a intervenção profissional, no âmbito da realização dos projectos: desenho urbano, paisagismo, reabilitação de edifícios, cálculo de estruturas e de redes, climatização, conforto térmico e acústico, etc. Mas diversificar significa, ainda, intervir em sectores específicos, para além do projecto, onde concorrem outras profissões, por vezes menos habilitadas: preparação, segurança e direcção de estaleiros, controlo de qualidade, concepção e produção dos materiais, regulamentação técnica, imobiliário e avaliações, segurança e qualidade, eficiência energética, redes de infra-estruturas, seguros, legislação, etc. Só assim se ganhará promoção social e reconhecimento da competência e da necessidade do amplo conjunto profissional.

O autor informa o público em geral mas quer desinquietar as consciências dos estudantes e dos profissionais que, no seu entender, se têm deixado orientar por um projecto político de organização profissional que se esgotou e que, por isso, precisa de ter um novo início, uma redefinição útil e inevitável, com base na diversidade da formação académica.

VASCO MASSAPINA

António **Vasco** da Costa Carvalho **Massapina**, como qualquer lisboeta ilustre, nasceu na Maternidade Alfredo da Costa em 15 de Maio de 1947. O Pai, Vicente, bom camarada, pouco ligava à sua educação, mas a Mãe, Odília, professora de música, fê-lo tocar piano a "4 mãos" numa audição no Conservatório Nacional, ainda não tinha feito cinco anos. A audição correu bem, mas para quem esperava fazer dele um virtuoso, deu mau resultado: hoje, do piano só tira uma "marcha de soldados...", mas sabe solfejo e toca bateria. Bom aluno, a instrução primária concluiu-a em contacto com a boa arquitectura da nova escola oficial do Bairro de S. Miguel, onde morou. O fascínio das fardas levou-o de livre vontade para o Colégio Militar, onde fez o curso dos liceus de sete anos, em oito... Pratica volei e atletismo, gosta de equitação e de esgrima. Concluído o Colégio com o orgulho de um diploma de 13 valores (nunca recebeu qualquer prémio), outra vez a Mãe quis que ingressasse na Escola Naval. Mas a paixão que ainda sente pelo Mar foi substituída pela paixão da sua vida, a Isabel, que o preferiu ver na Arquitectura da ESBAL, com ela na Escultura. Casaram em 1969 e ainda hoje continuam; têm uma filha e um filho, um genro e uma nora que são como se filhos fossem, e quatro netos por onde repartem paixões, afagos e tempos.
Terminou o curso de 6 anos + 1 de estágio (16 valores) em 1972, tendo como orientador o arq.º Joaquim Cabeça Padrão(✞). Foi outra vez bom aluno e teve bolsa da Gulbenkian. Nunca chumbou e conseguiu fazer todas as disciplinas da Faculdade de Ciências, que então faziam parte do currículo da Arquitectura, incluindo a Física Geral... Jogou na equipa de futebol.
A 18 de Abril de 1974, inicia o serviço militar na Arma de Engenharia, especialidade de Construções, depois de ter "evitado" que o integrassem em curso de capitão, para melhor aproveitamento ultramarino. Ainda se tivesse sido na Marinha... mas quando, durante o ano de 1968, desenhava as panorâmicas para as cartas náuticas, no Instituto Hidrográfico, por prazer e para angariar sustento a 35$00/hora, o edifício ardeu e goraram-se as expectativas da tropa com farda branca. Não foi à guerra mas com a patente de alferes ajudou a continuar o 25 de Abril.
Com condiscípulos, fundou em 1971 o atelier *"Arquitectos Reunidos"*, que poderia ter sido a primeira firma de arquitectura e urbanismo, de jovens arquitectos, de características polivalente e empresarial. O irmão, João-Vicente, que iniciara em Paris o curso de Arquitectura, voltou em 1974 para acabar os estudos na Escola de Lisboa. Em 1977, tenta fundar com ele, já arquitecto, e com a escultora Isabel Lhansol, o *"Atelier Cidade Aberta - Arquitectura, Planeamento e Artes Plásticas, Lda."*, mas só em 1981 o conseguiu oficialmente. Por lá passam e deixam marca os colegas Jorge Costa Martins (até 1984), Jorge Kol de Carvalho (até 1990) e Luis-Manuel Pereira (até 1995).
Entrou para a Função Pública em 1972, por concurso, na Direcção Geral dos Serviços de Urbanização; vai em 35 anos de acumulação com a actividade privada: é, portanto, um dos muitos acusados energúmenos... Ultrapassa o topo da carreira em 1992, quando atinge, também por concurso, a categoria de Conselheiro, no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes. É presidente da 3.ª Secção - Urbanismo e Edifícios, daquele Conselho, entretanto extinto; o Estado perde memória...
Foi Presidente do Conselho Directivo Regional Sul da ex-Asssociação dos Arquitectos Portugueses e Vice-Presidente da Ordem dos Arquitectos. É o membro 648. Na Sociedade dos Urbanistas Portugueses é o 46. Vogal do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico. Académico Correspondente da Academia Nacional de Belas Artes. Membro da Direcção da Federação Internacional de Urbanismo e Ordenamento do Território, eleito para o respectivo Bureau executivo. Perito do Comité Consultivo para a Formação no Domínio da Arquitectura na União Europeia (representação do Governo). Ex-Professor Auxiliar Convidado, FA/UTL de 1997/98 a 2001/02, onde leccionou com programa próprio a disciplina de Urbanismo II.
Da Arquitectura fez vida, com família estruturada, ao ponto dos dois rebentos serem seus colegas e nem o "filho"/genro "escapou". Muitos Projectos e Obras continuam no *Atelier Cidade Aberta* - que vai fazer 30 anos de permanente laboração, agora com Pedro Vaz (desde 1992) e João-Vasco Massapina (desde 2000) - principalmente em Lisboa, Oeiras, Seixal, Almada, Vilamoura e Viana do Alentejo, terra natal do Pai.